

Ações em contextos de acumulação de animais ou objetos no Brasil: um estudo descritivo, 2024

Actions in contexts of animal and object hoarding in Brazil: a descriptive study, 2024

Maiara Almeida Maia¹ , Alexander Vargas¹ , Denizard André de Abreu Delfino¹ , Elisa Neves Vianna² , Francisco Edilson Ferreira de Lima Júnior¹ , Janainny Magalhães Fernandes² , Marla Borges de Castro² , Mércia Sindeaux Frutuoso¹ , Natiela Beatriz de Oliveira¹ , Rejane Maria de Souza Alves¹ , Aretuza Santos Oliveira de Freitas³ , Vivyanne Santiago Magalhães¹ , Ana Júlia Silva e Alves¹ 

1. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Brasília, DF, Brasil. 2. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Brasília, DF, Brasil. 3. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Brasília, DF, Brasil

Resumo

Objetivo: descrever as ações executadas no Brasil relacionadas aos contextos de acumulação de animais ou objetos, destacando a relevância do tema como desafio para a saúde pública e a necessidade de abordagens multissetoriais e multidisciplinares. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo, realizado no período de junho de 2023 a fevereiro de 2024, abrangendo as 27 Unidades Federativas (UF). Foram utilizados dados primários obtidos por meio da aplicação de um questionário semiestruturado, elaborado com base em visitas técnicas a municípios brasileiros com experiências exitosas no enfrentamento do comportamento de acumulação. **Resultados:** Foram registradas 2.018 respostas ao questionário, com participação de 25 UF, exceto Piauí e Rondônia. Identificou-se a realização de ações voltadas aos contextos de acumulação em 430 municípios, distribuídos em 21 UF. As principais áreas envolvidas nessas ações foram a Vigilância em Saúde (84,5%) e os Centros de Referência de Assistência Social (52,8%), evidenciando forte atuação intersetorial. **Conclusão:** O estudo evidencia a importância da articulação intersetorial no enfrentamento dos contextos de acumulação, especialmente nos territórios, por meio da integração de diferentes áreas. Destaca-se a necessidade de capacitação contínua dos profissionais envolvidos e de ampliação da visibilidade do tema, tanto no âmbito da saúde pública quanto junto à população.

Palavras-chave: transtorno de acumulação; zoonoses; saúde pública; atenção primária à saúde; epidemiologia descritiva.

Abstract

Objective: to describe the actions implemented in Brazil related to contexts of animal and object hoarding, highlighting the relevance of this issue as a public health challenge and the need for multisectoral and multidisciplinary approaches. **Methods:** This is a descriptive study conducted from June 2023 to February 2024, covering the 27 Federative Units (states) of Brazil. Primary data were collected through the application of a semi-structured questionnaire, developed based on technical visits to Brazilian municipalities with successful experiences in addressing hoarding behavior. **Results:** A total of 2,018 responses were recorded, with participation from 25 Federative Units, excluding Piauí and Rondônia. Actions addressing hoarding contexts were identified in 430 municipalities across 21 Federative Units. The main sectors involved in these actions were Health Surveillance (84.5%) and Social Assistance Reference Centers (52.8%), demonstrating strong intersectoral engagement. **Conclusion:** The study highlights the importance of intersectoral coordination in addressing hoarding contexts, particularly at the local level, through the integration of different sectors. It also emphasizes the need for continuous training of the professionals involved, as well as the importance of increasing the visibility of this issue both within public health and among the general population.

Keywords: hoarding disorder; zoonoses; public health; primary health care; descriptive epidemiology.

INTRODUÇÃO

O comportamento de acumulação pode ser compreendido como o armazenamento excessivo de itens, objetos, resíduos ou até animais, associado à dificuldade em se desfazer deles e à manutenção de um ambiente insalubre, com potencial risco à saúde individual e coletiva^{1,2}.

O ato de acumular pode ser um sinal de transtorno mental, manifestando-se em decorrência do Transtorno de Acumulação (TA) ou estando associado a diversas psicopatologias como exemplo Transtorno Depressivo, Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC). Portanto, os casos devem ser avaliados individualmente para compreender os fatores que podem estar

associados à prática de acumulação¹⁻⁴.

Na saúde animal, os animais encontram-se em situações inadequadas, evidenciando a falta de bem-estar e qualidade de vida dos animais, bem como o risco de transmissão de zoonoses⁴⁻⁸. Sobre a saúde ambiental, além dos impactos ao equilíbrio ecológico, cenários de acumulação tendem a gerar condições insalubres, propícias para a presença de animais sinantrópicos⁹⁻¹².

O enfrentamento às situações de acumulação requer intervenções que envolvem uma abordagem multissetorial,

Correspondente: Maiara Almeida Maia. Conjunto Residencial 82 casa 90, Vale do Amanhecer, Brasília/DF, CEP 73370-082 - e-mail: maiara.maia@saude.gov.br

Conflito de interesse: Os autores declaram não haver conflito de interesse

Recebido em: 26 Maio 2026; Revisado 9 Abr 2026; Aceito em: 5 Jun 2026

2 Ações de acumulação de animais ou objetos no Brasil em 2024

interdisciplinar e conduzidas, a qual visa proporcionar qualidade de vida às pessoas, aos animais e ao ambiente, considerando os riscos existentes¹³, inclusive, destacando a importância da integração dos serviços como as Redes de Atenção à Saúde¹⁴ e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)¹⁵.

MÉTODOS

Tipo de estudo e fonte de dados

Trata-se de um estudo descritivo¹⁶⁻¹⁹⁻²⁰, realizado no período de junho de 2023 a fevereiro de 2024. A partir de visitas técnicas nos municípios como Belo Horizonte/MG, Guarulhos/SP, Pinhais e Curitiba/PR, elaborou-se um questionário semiestruturado para a coleta de dados nacionais. O questionário elaborado foi enviado, virtualmente, por meio do software Microsoft Forms, para gestores e profissionais das 27 UF e compartilhado com profissionais que atuam nesses contextos. O questionário foi composto por variáveis abertas e fechadas, com informações sobre o respondente (estado e município de atuação), atuação em contextos de acumulação (já atuou, se o município e estado possui ações específicas, quais as áreas envolvidas nas ações, estimativa de pessoas acometidas, existência e tipo de oferta assistencial, diagnóstico frequente); sobre os animais (assistência veterinária; animais domésticos e sinantrópicos, zoonoses comuns) e sobre riscos ambientais, realização de ações intersetoriais e oferta de capacitações específicas.

Tipo de amostragem e Análise de dados

O estudo utilizou amostragem por conveniência, considerando a disponibilidade e acessibilidade desse método, haja vista a dificuldade de identificar atores que atuam nessa temática. Como critério de inclusão, foram consideradas as respostas de gestores e profissionais que atuam ou atuaram em serviço nesta temática e como exclusão respostas de participantes que não tiveram essa atuação.

Para a análise de dados, foram utilizadas medidas de frequência absoluta (n) e relativa (%), gráficos e tabelas utilizando o software Microsoft Excel®.

Aspectos éticos

O projeto foi submetido à Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (CONEP) e aprovado, conforme Parecer nº: 6.292.485. CAAE: 72858523.5.0000.0008.

RESULTADOS

O questionário recebeu 2.018 respostas, referentes a pessoas de 92,5% das Unidades Federativas (tabela 1), abrangendo 14,5% dos municípios brasileiros e o Distrito Federal. Os estados com mais respostas foram São Paulo com 41,5% e Minas Gerais com 22,7%. Não houve respostas dos estados do Piauí e Rondônia

Tabela 1. Distribuição das frequências de respostas do questionário relacionadas ao perfil dos animais identificados e zoonoses (N=2.018)

Unidade federativa	n (%)
São Paulo	837 (41,5)
Minas Gerais	457 (22,6)
Rio Grande do Sul	155 (7,7)
Santa Catarina	106 (5,3)
Paraná	80 (4,0)
Bahia	74 (3,7)
Mato Grosso do Sul	69 (3,4)
Paraíba	62 (3,1)
Pernambuco	49 (2,4)
Alagoas	26 (1,3)
Sergipe	23 (1,1)
Rio Grande do Norte	17 (0,8)
Espírito Santo	11 (0,5)
Acre	8 (0,4)
Rio de Janeiro	8 (0,4)
Amazonas	7 (0,3)
Tocantins	7 (0,3)
Goiás	4 (0,2)
Pará	4 (0,2)
Amapá	3(0,1)
Distrito Federal	3(0,1)
Ceará	2 (0,1)
Maranhão	2 (0,1)
Mato Grosso	2 (0,1)
Roraima	2 (0,1)
Total	2.018 (100,0)

Quanto à existência de ações, 7,7% dos municípios, distribuídos em 21 unidades federativas, informaram realizar intervenções nesse âmbito. As principais áreas envolvidas são a Vigilância em Saúde (84,5%), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com 52,8%, a Atenção Primária à Saúde (APS), com 52,1%, e a Limpeza Urbana, com 33,6%.

O profissional identificado com maior frequência na ação de captação dos casos são o Agente Comunitário de Saúde (ACS), com 68,2%, e o Agente de Combate às Endemias (ACE), com 59,8%. Quanto ao número de pessoas em situação de acumulação desde o início dos registros, 67,1% dos respondentes informaram desconhecer estimativa do território.

Com relação à oferta de serviços assistenciais, 65,9% dos

3 Ações de acumulação de animais ou objetos no Brasil em 2024

respondentes informaram que seus estados/municípios dispõem de acompanhamento por equipes de Saúde da Família (eSF); 64,5% relataram a existência de serviços de saúde mental; e 60,3% indicaram a oferta do serviço de assistência social a essa população.

Somente 36,6% dos profissionais informaram que as pessoas possuem diagnóstico e, entre estes, o TOC com 28,8%, a dependência química com 19,7% e a esquizofrenia com 16,7% foram os mais citados.

Sobre a oferta de serviços veterinários, as prestadoras de serviços mais citadas foram: as Unidades de Vigilância de Zoonoses (UVZ), com 25,9%, e Unidades de Vigilância em Saúde, com 10,1%. Os serviços mais citados foram vacinação, castração, diagnóstico de zoonoses e vermifugação, respectivamente 36,0%, 34,6%, 19,9% e 16,2%.

Os animais mais frequentemente identificados no contexto de acúmulo foram: cães, com 79,8%, e gatos, com 74,9%. Os animais sinantrópicos mais referidos foram ratos, com 66,9%, baratas, com 65,6%, mosquitos *Aedes aegypti*, com 64,6%. O destaque entre as doenças zoonóticas foi para a esporotricose felina com 27,3% (tabela 2).

Tabela 2. Distribuição das frequências de respostas do questionário relacionadas ao perfil dos animais identificados e zoonoses (N=2.018)

Variáveis investigadas	n (%)
Animais identificados	
Cães	1.611 (79,8)
Gatos	1.512 (74,9)
Galinhas	282 (14,0)
Galos	274 (13,6)
Pássaros	138 (6,8)
Patos	27 (1,3)
Coelhos	16 (0,8)
Cavalos	14 (0,7)
Porcos	11(0,5)
Jabutis	8 (0,4)
Carneiros	7 (0,3)
Tartarugas	5(0,2)
Não sabe informar	239 (11,8)
Animais sinantrópicos	
Ratos	1.351 (66,9)
Baratas	1.323 (65,6)

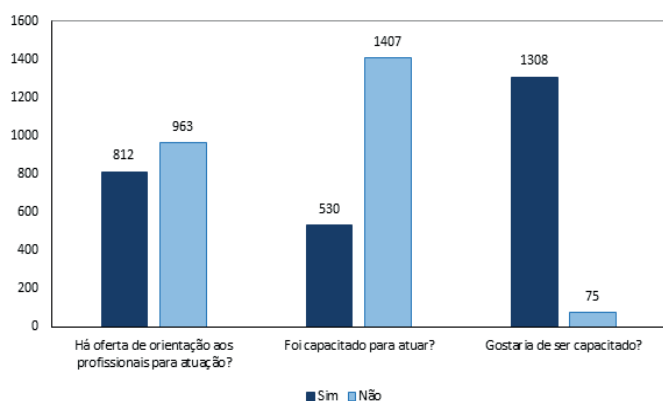
Variáveis investigadas	n (%)
Mosquitos <i>Aedes aegypti</i>	1.300 (64,4)
Escorpiões	964 (47,8)
Carrapatos	943 (46,7)
Pulgas	943 (46,7)
Aranhas	680 (33,7)
Flebotomíneos (mosquito palha)	242 (12,0)
Lacraias	231 (11,4)
Morcegos	185 (9,2)
Serpentes	145 (7,2)
Não sabe informar	253 (12,5)
Doenças zoonóticas ou não diagnosticadas com maior frequência	
Esporotricose	551 (27,3)
Leishmaniose	505 (25,0)
Toxoplasmose	316 (15,7)
Leptospirose	270 (13,4)
Sarna	206 (10,2)
Raiva	175 (8,7)
Esquistossomose	110 (5,5)
Cinomose	8 (0,4)
Não há	33 (1,6)
Não sabe informar	592 (29,3)

Os riscos ambientais citados foram, principalmente, a presença de contaminação microbiana, com 74,0%, o armazenamento inadequado de produtos, com 49,2%, e a contaminação do solo por lixo e esgoto, com 46,0%, além da ocorrência de incêndios para 36,9%. Quando identificados casos com ocorrência de acúmulo de objetos, 61,6% dos respondentes relataram que há disponibilidade de serviços de remoção dos itens em seus estados/municípios.

A maior frequência de profissionais respondentes, 47,7%, relatou que seus estados/municípios não oferecem orientações sobre a atuação em situações de acúmulo. Também relataram que nunca foram capacitados para trabalhar nesses contextos, 69,7%. E quando perguntados se gostariam de ser capacitados para a atuação, 64,8% responderam que sim (figura 2). Quanto à necessidade de que as ações municipais sejam coordenadas e executadas de forma multissetorial e multiprofissional, 94,2% dos profissionais concordaram com essa diretriz, enquanto 0,7% se posicionou de forma contrária, e 5,2% não souberam ou não responderam.

4 Ações de acumulação de animais ou objetos no Brasil em 2024

Figura 1. Distribuição das frequências de respostas relacionadas a orientações e capacitação (N=2.018).



DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nesta pesquisa são de grande importância, considerando ausência de informações em nível nacional. Contudo, cabe destacar que a amostragem adotada pode ter gerado um viés de seleção e um viés de informação devido à utilização do formato autoaplicável do questionário.

Quanto à implementação de medidas voltadas para questões de acumulação, é possível que a maior adesão de municípios da região Sudeste se relacione ao fato de serem mais populosos e urbanizados, o que pode favorecer maior disponibilidade de materiais e objetos, facilitando a aquisição de itens e alimentando o comportamento de acumulação compulsiva. Além disso, a urbanização pode agravar o estresse e o isolamento social, o que contribui para a persistência e intensificação desse comportamento.

Os participantes destacaram, de forma clara, a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e intersetorial, integrando as áreas da saúde humana, animal e ambiental, o que fortalece a necessidade de equipes multiprofissionais nos territórios²¹.

Um aspecto ressaltado pela maioria dos participantes foi a relevância das atribuições do Agente Comunitário de Saúde (ACS), que incluem realizar visitas domiciliares regulares e periódicas para acolher e acompanhar as pessoas, bem como do agente de controle de endemias (ACE) que desempenham um papel fundamental na promoção de ações preventivas e no controle de doenças e agravos à saúde. Ambos participam ativamente das iniciativas educativas e da mobilização comunitária relacionadas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde²².

No que diz respeito à oferta de serviços de assistência para pessoas em situação de acumulação, além do suporte dos serviços de saúde, aqueles com transtornos mentais necessitam de apoio e cuidados sociais, o que traz um grande desafio

para os sistemas de saúde no que tange ao diagnóstico e ao tratamento adequado²³.

Para combater a fragmentação dos serviços de saúde, promover a integração de ações e práticas clínicas, e assegurar o acesso oportuno ao cuidado de saúde essencial para pessoas que enfrentam transtornos mentais e seus familiares, dentro do contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), é essencial que os municípios avancem na implementação e expansão da RAPS, promovendo a melhoria da saúde da população, mas também ampliem o acesso e garantam uma assistência abrangente e contínua ao longo de todo o ciclo de vida das pessoas.

Com relação à atuação da vigilância de zoonoses, também considerada importante nesse processo, é importante destacar as Unidades de Vigilância de Zoonoses. Essas unidades são estabelecimentos de saúde ligados ao SUS, responsáveis pela realização, total ou parcial, das atividades relacionadas à vigilância, à prevenção e ao controle de zoonoses, conforme estabelecido nos Planos de Saúde e nas Programações Anuais de Saúde²⁴. É relevante ressaltar que, embora tenha sido a mais citada como provedora de serviços veterinários, as ações voltadas exclusivamente para a assistência veterinária ou o bem-estar animal estão além das competências e das atribuições legais dos órgãos e das entidades que compõem o SUS. Desde 2023, a competência da promoção da proteção, da defesa, do bem-estar e dos direitos animais está sobre a tutela da área ambiental, reforçando a necessidade de uma atuação integrada²⁵.

O acúmulo desordenado expõe as habitações e suas proximidades a incêndios e infestações por insetos, roedores e outros animais, representando um perigo para a comunidade em geral²⁶. O desconhecimento da situação epidemiológica dos municípios sobre essas pessoas foi citado e, com a ausência de dados, não é possível compreender a verdadeira dimensão do problema e planejar ações integradas para sua resolução.

A maioria dos participantes indica que nunca recebeu treinamento, mas expressa o desejo de ser capacitada. A capacitação de profissionais envolvidos com casos de acumulação é essencial para assegurar uma abordagem eficaz, compassiva e multidisciplinar diante desse desafio complexo. A educação permanente em saúde permite a construção de estratégias vitais para abordar e resolver os desafios de forma colaborativa, contextualizada e participativa²⁷.

Em conclusão, enfrentar o desafio das pessoas em situação de acumulação de animais ou objetos é uma tarefa complexa, considerando, inclusive, a invisibilidade de discussão da temática no território. Diante dos resultados obtidos, destacam-se a importância da atuação integrada entre diversos setores, a realização de um diagnóstico situacional nos municípios e a capacitação específica dos profissionais.

REFERÊNCIAS

1. American Psychiatric Association. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed; 2014. 948 p.

5 Ações de acumulação de animais ou objetos no Brasil em 2024

2. Stumpf BP, Hara C, Rocha FL. Transtorno de Acumulação: uma revisão. *Geriatr Gerontol Aging*; 2018 [acesso 2023 Out 25]; 12(1): 54-64. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/ggaging.com/pdf/v12n1a10.pdf>.
3. World Health Organization. ICD-11 for Mortality and Morbidity Statistics. Version: 02/2022. Geneva: WHO; 2022 [acesso 2023 Oct 25]. Disponível: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>.
4. Prefeitura de Belo Horizonte (MG). Protocolo para Abordagem e Acompanhamento do Usuário Portador de Transtorno de Acumulação. Belo Horizonte, 2022. Disponível: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/saude/2023/Protocolo_Transtorno_Acumulacao_06-01-23.pdf.
5. Gargiulo MS, Cicolella DA, Normann KA, Garcia AP. Identificação e Cuidados no transtorno de acumulação. Recife: Rev Enferm UFPE; 2017; 11(12): 5028-36. doi: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i12a15213p5028-5036-2017>.
6. Rodrigues CM. Acumuladores de animais na perspectiva da promoção e da vigilância em saúde. *ABCS Health Sci*. 2019; 44(3): 195-202.
7. Amaral RM. Bem-estar de cães e gatos. In: *Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia*. Belo Horizonte: UFMG; 2012. p. 42-50. Disponível: <https://share.google/iIBB6JYYoAB7clJHl>.
8. Brasil. Ministério da Saúde. Saúde de A a Z: uma só saúde. Brasília: 2023 [acesso 2023 Maio 29]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/saude-unica>.
9. Ministério da Saúde [BR]. Portaria nº2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília; 2017 [acesso 2023 Jul 29]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.
10. Paim JS. Desafios para a saúde coletiva no século XXI (online). Salvador: EDUFBA; 2006, 154p.
11. Giovannella L. Planejamento estratégico em saúde: uma discussão da abordagem de Mário Testa. *Cad Saúde Púb*. 1990; 6(2): 123-153. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1990000200003>.
12. Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 1990 Set 20 [acesso 2023 Jul 02]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.
13. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), United Nations Environment Programme (UNEP), World Health Organization (WHO), World Organisation for Animal Health (WOAH). 2022. One Health Joint Plan of Action (2022-2026). Working together for the health of humans, animals, plants and the environment. Rome. <https://doi.org/10.4060/cc2289en>.
14. Ministério da Saúde [BR]. Portaria GM/MS nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); 2010 [acesso 2024 Feb 22]. Disponível: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html.
15. Ministério da Saúde [BR]. Portaria de consolidação nº 3 GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. Brasília; 2017 [acesso 2024 Feb 22]. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/z/zika-virus/publicacoes/portaria-de-consolidacao-no-4-de-28-de-setembro-de-2017.pdf/view>.
16. Gil AC. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas; 2008
17. Prodanov CC; Freitas EC. Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico [Internet]. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale; 2013 [citado 2023 Set 02]. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>.
18. Grupo Tutorial Barreiro de Cima do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde. Diagnóstico Situacional da Unidade Básica de Saúde Barreiro de Cima [Trabalho científico]. Belo Horizonte (MG): Universidade Federal de Minas Gerais; 2010.
19. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS [Internet]. Brasília: PNUD; 2021 [citado 2023 Set 02]. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/db03988186aa3a3a28400fc295710333674b62e05d8a1815c1ac415457925.pdf>.
20. Minayo MC. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: Hucitec; 2014.
21. Ministério da Saúde [BR]. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Nota Técnica nº 10/2023 CAIN/CGESCO/DESCO/SAPS/MS. Diretrizes para Reorganização das Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde. [citado 2024 Feb 06]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/ministerio-da-saude-divulga-diretrizes-para-equipes-multiprofissionais-na-atencao-primaria/sei_ms-0034918382-nota-tecnica-10.pdf.
22. Ministério da Saúde [BR]. Portaria nº 2.436 de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); 2017 [citado 2024 Feb 06]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.
23. World Health Organization. Transtornos Mentais [Internet]. Geneva: WHO; 2024 [citado 2024 Feb 20]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais>.
24. Ministério da Saúde [BR]. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2016 [citado 2024 Feb 20]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/raiva/manual-de-vigilancia-prevencao-e-controle-de-zoonoses-normas-tecnicas-e-operacionais.pdf/view>.
25. Brasil. Decreto nº 11.349 de 1º de janeiro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; 2023 [citado 2024 Feb 06]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11349.htm.
26. Henriques LF, Costa MM, Sabbo C, Bersusa AA. Acumuladores: uma revisão integrativa do potencial risco de disseminação de doenças transmitidas por vetores e outros animais nocivos à saúde. *Bol. Inst. Saúde*. 2019; 20(2): 125-138. doi: <https://doi.org/10.52753/bis.2019.v20.34493>.
27. Mendes BE, Nimtz MA, Holanda AF, Mariotti MC, Ferro LF. Acompanhamento terapêutico na atenção básica: Estratégia de cuidado para acumuladores compulsivos. *Psicologia Clínica*. 2022, 34(2): 269-287. doi: <https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0034n02A03>.

Como citar este artigo/ How to cite this article:

Maia MA, Vargas A, Delfino DAA, Vianna EN, Lima FEF Júnior, Fernandes JM, et al. Ações em contextos de acumulação de animais ou objetos no Brasil. *J Health Biol Sci*. 2026; 14(1): e5864

J. Health Biol Sci. 2026; 14(1): e5864